

# CÂMARA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ/MG

## CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 01/2023



## SECRETÁRIO-GERAL

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



**INSTITUTO**  
CONSULPLAN

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESAMedo da eternidade

Jamais esquecerei o meu aflitivo e dramático contato com a eternidade.

Quando eu era muito pequena ainda não tinha provado chicles e mesmo em Recife falava-se pouco deles. Eu nem sabia bem de que espécie de bala ou bombom se tratava. Mesmo o dinheiro que eu tinha não dava para comprar: com o mesmo dinheiro eu lucraria não sei quantas balas.

Afinal minha irmã juntou dinheiro, comprou e ao sairmos de casa para a escola me explicou:

- Tome cuidado para não perder, porque esta bala nunca se acaba. Dura a vida inteira.
- Como não acaba? – Parei um instante na rua, perplexa.
- Não acaba nunca, e pronto.

Eu estava boba: parecia-me ter sido transportada para o reino de histórias de príncipes e fadas. Peguei a pequena pastilha cor-de-rosa que representava o elixir do longo prazer. Examinei-a, quase não podia acreditar no milagre. Eu que, como outras crianças, às vezes tirava da boca uma bala ainda inteira, para chupar depois, só para fazê-la durar mais. E eis-me com aquela coisa cor-de-rosa, de aparência tão inocente, tornando possível o mundo impossível do qual já começara a me dar conta. Com delicadeza, terminei afinal pondo o chicle na boca.

– E agora que é que eu faço? – Perguntei para não errar no ritual que certamente deveria haver.

– Agora chupe o chicle para ir gostando do docinho dele, e só depois que passar o gosto você começa a mastigar. E aí mastiga a vida inteira. A menos que você perca, eu já perdi vários.

Perder a eternidade? Nunca.

O adocicado do chicle era bonzinho, não podia dizer que era ótimo. E, ainda perplexa, encaminhá-vamos para a escola.

- Acabou-se o docinho. E agora?
- Agora mastigue para sempre.

Assustei-me, não saberia dizer por quê. Comecei a mastigar e em breve tinha na boca aquele puxa-puxa cinzento de borracha que não tinha gosto de nada. Mastigava, mastigava. Mas me sentia contrafeita. Na verdade eu não estava gostando do gosto. E a vantagem de ser bala eterna me enchia de uma espécie de medo, como se tem diante da ideia de eternidade ou de infinito.

Eu não quis confessar que não estava à altura da eternidade. Que só me dava aflição. Enquanto isso, eu mastigava obedientemente, sem parar.

Até que não suportei mais, e, atravessando o portão da escola, dei um jeito de o chicle mastigado cair no chão de areia.

– Olha só o que me aconteceu! – Disse eu em fingidos espanto e tristeza. – Agora não posso mastigar mais! A bala acabou!  
– Já lhe disse – repetiu minha irmã – que ela não acaba nunca. Mas a gente às vezes perde. Até de noite a gente pode ir mastigando, mas para não engolir no sono a gente prega o chicle na cama. Não fique triste, um dia lhe dou outro, e esse você não perderá.

Eu estava envergonhada diante da bondade de minha irmã, envergonhada da mentira que pregara dizendo que o chicle caíra na boca por acaso.

Mas aliviada. Sem o peso da eternidade sobre mim.

(LISPECTOR, Clarice – In: SANTOS, J. F. *As cem melhores crônicas brasileiras*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.)

**Questão 01**

De acordo com Costa Val, “quando se fala em textualidade, muitas pessoas podem compreender que se esteja considerando o texto como um produto linguístico que traz em si mesmo o seu sentido e todas as suas características. Pensar assim significaria acreditar que todos aqueles que ouçam ou leiam um determinado texto, mesmo que em circunstâncias diferentes, vão entendê-lo exatamente do mesmo jeito. E isso a gente sabe que não é verdade. Todos nós já vivenciamos situações em que textos literários, ou jurídicos, ou religiosos, ou noticiosos, ou da conversa cotidiana, foram interpretados diferentemente por pessoas diferentes. Essa diversidade de interpretações acontece porque cada texto pode ser textualizado de maneiras diferentes por diferentes ouvintes ou leitores”. Tendo em vista essas ponderações e, ainda, que a textualidade trata-se de um componente do saber linguístico das pessoas, a temática abordada na crônica é:

- A) O temor do homem em relação à morte.
- B) A ternura e a benevolência entre irmãos.
- C) O conceito lúdico de “eternidade” para as crianças.
- D) O conflito tipicamente infantil a respeito do consumo de guloseimas.

**Questão 02**

Considerando o contexto em que as palavras destacadas estão inseridas, a expressão que NÃO mantém o mesmo sentido é:

- A) “Mas me sentia contrafeita.” (14º§) – malcontente.
- B) “Parei um instante na rua, perplexa.” (5º§) – estarrecida.
- C) “Sem o peso da eternidade sobre mim.” (20º§) – incômodo.
- D) “Jamais esquecerei o meu aflitivo e dramático contato com a eternidade.” (1º§) – angustiante.

**Questão 03**

Figuras de linguagem, conforme define o gramático Domingos Cegalla, “*são recursos especiais de que se vale quem fala e escreve para comunicar à expressão mais força e colorido, intensidade e beleza*”. É possível inferir que, no texto “Medo da eternidade”, o chicle em relação à eternidade funciona como uma

- A) metáfora.
- B) metonímia.
- C) comparação.
- D) personificação.

**Questão 04**

As palavras grifadas têm a função de caracterizar um nome, EXCETO em:

- A) “Peguei a pequena pastilha [...]” (7º§)
- B) “– Disse eu em finjidos espanto e tristeza.” (17º§)
- C) “Enquanto isso, eu mastigava obedientemente, sem parar.” (15º§)
- D) “E a vantagem de ser bala eterna me enchia de uma espécie de medo, [...]” (14º§)

**Questão 05**

É possível inferir que nesse texto de Clarice Lispector predomina:

- A) Enumeração de fatos.
- B) Exposições argumentativas.
- C) Caracterização de princípios.
- D) Narração de acontecimentos.

**Questão 06**

A alternativa em que a oração sublinhada expressa uma consequência é:

- A) “– Já lhe disse – repetiu minha irmã – que ela não acaba nunca.” (18º§)
- B) “Quando eu era muito pequena ainda não tinha provado chicles [...]” (2º§)
- C) “Eu que, como outras crianças, às vezes tirava da boca uma bala ainda inteira, [...]” (7º§)
- D) “Até de noite a gente pode ir mastigando, mas para não engolir no sono a gente prega o chicle na cama.” (18º§)

**Questão 07**

As palavras destacadas referem-se às que estão indicadas. Isso NÃO acontece em:

- A) “[...] só para fazê-la durar mais.” (7º§) – espécie de bala.
- B) “Não fique triste, um dia lhe dou outro, [...]” (18º§) – chicle.
- C) “– Já lhe disse – repetiu minha irmã – que ela não acaba nunca.” (18º§) – bala.
- D) “Examinei-a, quase não podia acreditar no milagre.” (7º§) – a pequena pastilha cor-de-rosa.

**Questão 08**

A transcrição textual em que ambos os elementos destacados constituem exemplos de uma mesma função sintática é:

- A) “Afinal minha irmã juntou dinheiro, [...]” (3º§)
- B) “O adocicado do chicle era bonzinho, [...]” (11º§)
- C) “Enquanto isso, eu mastigava obedientemente, sem parar.” (15º§)
- D) “Peguei a pequena pastilha cor-de-rosa que representava o elixir do longo prazer.” (7º§)

**Questão 09**

Com base nas informações do texto, assinale a afirmativa inadequada.

- A) “Mas aliviada.” (20º§) A expressão “mas” pode ser substituída sem perda semântica por “porém”.
- B) “Mas a gente às vezes perde.” (18º§) O acento da crase foi empregado por se tratar de uma expressão adverbial.
- C) “Jamais esquecerei o meu aflitivo e dramático contato com a eternidade.” (1º§) A expressão “dramático” significa “comovente”.
- D) Em “Enquanto isso, eu mastigava obedientemente, sem parar.” (15º§), a expressão “obedientemente” exprime circunstância de intensidade.

**Questão 10**

Conotação é o sentido que se dá a uma palavra ou expressão a partir de seu contexto. É a linguagem figurada, um estilo de falar ou escrever muito explorado poeticamente e também informalmente. Conotar é também dar novos significados, que saiam da linguagem formal e permitam mais entendimentos da língua. Há um exemplo de conotação em:

- A) "Não fique triste, um dia lhe dou outro, e esse você não perderá." (18º§)
- B) "O adocicado do chicle era bonzinho, não podia dizer que era ótimo." (11º§)
- C) "Peguei a pequena pastilha cor-de-rosa que representava o elixir do longo prazer." (7º§)
- D) "Até que não suportei mais, e, atravessando o portão da escola, dei um jeito de o chicle mastigado cair no chão de areia." (16º§)

**RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO**

**Questão 11**

Considere a seguinte proposição, cujo valor lógico é verdadeiro:

"Se o orçamento está aprovado ou a receita é maior que a despesa, então o balanço financeiro está correto e o secretário-geral pode tirar férias."

Sabendo-se que o secretário-geral não pode tirar férias, pode-se concluir como necessariamente verdadeiro que:

- A) O orçamento está aprovado e a receita é maior que a despesa.
- B) A receita é maior que a despesa, mas o orçamento não está aprovado.
- C) O orçamento está aprovado, mas a receita não é maior que a despesa.
- D) A receita não é maior que a despesa, e o orçamento não está aprovado.

**Questão 12**

A Câmara Municipal de Santa Maria da Fé é composta por nove vereadores que, dentre suas atribuições, está a de compor as comissões, que são formadas por três Vereadores. Dessa forma, o número de comissões distintas que podem ser formadas por esses Vereadores pertence a qual dos intervalos a seguir?

- A) de 1 a 50.
- B) de 51 a 80.
- C) de 81 a 100.
- D) de 100 a 120.

**Questão 13**

Os servidores da Câmara Municipal podem receber a antecipação da metade de sua gratificação natalina do ano de 2024 em quaisquer dos meses de janeiro a novembro. José, servidor da Câmara Municipal, antecipou a metade de sua gratificação para fevereiro e deixou essa quantia investida durante 10 meses a uma taxa de juros simples de 2,3% ao mês. Após esse período, José recebeu a outra metade de sua gratificação e, ao todo, ficou com uma quantia de R\$ 15.164,00. De acordo com essas informações, pode-se concluir que o valor total que José recebe de gratificação natalina sem realizar investimentos financeiros pertence a qual dos intervalos a seguir?

- A) de R\$ 1.000 a R\$ 13.000,00.
- B) de R\$ 13.000,01 a R\$ 13.500,00.
- C) de R\$ 13.500,01 a R\$ 14.000,00.
- D) de R\$ 14.000,01 a R\$ 14.500,00.

**Questão 14**

Na Câmara Municipal trabalham servidores concursados e comissionados, sendo que nenhum servidor é concursado e comissionado simultaneamente. A legislação municipal prevê que o número de servidores comissionados não pode ultrapassar 15% do número de servidores concursados na Câmara. Sabendo-se que a Câmara contratou o máximo de servidores comissionados permitidos pela legislação e que a diferença entre o número de servidores concursados e comissionados na Câmara é 238, conclui-se que o número de servidores comissionados está compreendido entre:

- A) 25 e 30.
- B) 31 e 35.
- C) 36 e 40.
- D) 41 e 45.

**Questão 15**

Considere um quadrilátero convexo, cujos ângulos internos formam uma progressão aritmética de razão 40. Assim, quanto vale a divisão entre o maior e o menor dos ângulos internos desse quadrilátero?

- A) 2.
- B) 3.
- C) 4.
- D) 5.

**LEGISLAÇÃO**

**Questão 16**

A Lei nº 9.784/1999 regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Sobre os critérios que nele devem ser observados, analise os itens a seguir.

- I. Adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.
- II. Garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio.
- III. Cobrança somente das despesas processuais, que representem o exato valor das despesas da entidade pública com os gastos necessários ao trâmite processual, cobrada sempre ao final do processo.
- IV. Interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.

São critérios que devem ser aplicados ao processo administrativo, de acordo com a Lei nº 9.784/1999, o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) II e III, apenas.
- C) I, II e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

**Questão 17**

No decorrer do processo administrativo, regulado pela Lei nº 9.784/1999, podem ser alegados impedimento ou suspeição com relação aos servidores ou autoridades que atuam na condução do processo. Nos termos do que previsto na Lei nº 9.784/1999, pode-se arguir suspeição da autoridade ou servidor que

- A) tenha interesse direto ou indireto na matéria.
- B) esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.
- C) tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.
- D) tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau.

**Questão 18**

Tendo em vista que a Lei nº 8.429/1992 dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, analise as situações a seguir.

- I. Maria, com raiva do marido, agente público, sabendo-o inocente, realiza denúncia por improbidade administrativa, o que constitui crime, com pena de detenção de seis a dez meses, e multa.
- II. João, agente público, foi condenado em primeira instância por improbidade administrativa, tendo recorrido à instância superior, não devendo ocorrer a perda da sua função pública e a suspensão dos seus direitos políticos, até o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- III. Joana, juíza competente para o processamento e julgamento de processos, cujo objeto é a prática de atos de improbidade administrativa, poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, do emprego ou da função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida for necessária à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos ilícitos.
- IV. Mário, secretário municipal de obras de determinado município, recebe denúncia acerca da ocorrência de atos de improbidade de parte de determinado funcionário, devendo representar ao Ministério Público para providências.

São situações e consequências, de acordo com a Lei nº 8.429/1992, o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) II e III, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

**Questão 19**

**A Resolução nº 08, de 22 de junho de 2017, dispõe acerca do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maria da Fé. Analise as afirmativas a seguir sobre as normas contidas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Maria da Fé.**

- I. Sessão legislativa é o conjunto dos períodos de funcionamento da Câmara em cada ano. Poderá ser ordinária – a que, independentemente de convocação, se realiza de treze de janeiro a dezessete de julho e de primeiro de agosto a vinte e dois de dezembro – ou extraordinária – a que se realiza em período diverso dos indicados anteriormente.
- II. Legislatura é o período cuja duração coincide com o mandato dos Vereadores. No seu primeiro ano, no dia primeiro de janeiro, a Câmara reunir-se-á, independentemente de convocação, para dar posse aos Vereadores, eleger e dar posse à sua Mesa Diretora e dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito.
- III. Os Vereadores deverão se reunir para as sessões ordinárias independentemente de convocação, estabelecendo-se que as reuniões ordinárias realizar-se-ão às segundas-feiras, semana sim, semana não, com início às dezenove horas. Os dias compreendidos entre vinte e três de dezembro a doze de janeiro e de dezoito a trinta e um de julho são considerados recesso parlamentar.
- IV. Audiências públicas são reuniões da Câmara que se realizam para tratar de assuntos de relevante interesse público, instruir proposições a serem desenvolvidas e/ou em trâmite, mediante requerimento fundamentado de Vereador, aprovado em Plenário por maioria simples, ou no âmbito da Comissão pertinente à matéria em questão. Sua convocação ocorrerá, no mínimo, com dez dias de antecedência, sendo obrigatória a publicação do Edital no Quadro de Avisos e no sítio eletrônico da Câmara.

**De acordo com a Resolução nº 08, de 22 de junho de 2017, está correto o que se afirma em**

- A) I, II, III e IV.
- B) II e III, apenas.
- C) I, III e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

**Questão 20**

**Sobre o Poder Legislativo do município, a Lei Orgânica de Maria da Fé trata do processo legislativo, da tomada de contas do Prefeito, do funcionamento nos recessos e das Comissões Parlamentares de Inquérito. Analise as afirmativas a seguir em relação as normas contidas na Lei Orgânica.**

- I. Compete privativamente à Câmara Municipal tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer do Tribunal de Contas do Estado, ou outro órgão competente, no prazo máximo de cento e vinte dias de seu recebimento, que, após escoado sem deliberação pela Câmara, gerará a aprovação ou rejeição das contas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas.
- II. Ao término de cada sessão legislativa, a Câmara elegerá, dentre os seus membros, em votação aberta, uma Comissão Representativa, cuja composição reproduzirá, tanto quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária ou dos blocos parlamentares na Casa, que funcionará nos interregnos das sessões legislativas ordinárias.
- III. As Comissões Parlamentares de Inquérito, observada a legislação específica no que couber, serão criadas a requerimento de um terço dos membros da Câmara, para apuração de fato determinado e por prazo certo, tendo poderes previstos no Regimento Interno, e suas conclusões, se for o caso, serão encaminhadas ao Ministério Público, para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
- IV. São objeto de lei complementar, entre outras matérias, o código tributário; de obras; de posturas municipais; e, qualquer matéria que deva ser codificada.

**Nos termos da Lei Orgânica de Maria da Fé, está correto o que se afirma em**

- A) I, II, III e IV.
- B) II e III, apenas.
- C) I, III e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

**Questão 21**

**As reuniões da Câmara Municipal de Maria da Fé são tratadas na Resolução nº 08, de 22 de junho de 2017. Das reuniões contidas no Regimento Interno, indique as que tratam especificamente de instalação e encerramento de legislatura, eleição e/ou posse da mesa e que se realizam para comemorações ou homenagens.**

- A) Solenes.
- B) Especiais.
- C) Itinerantes.
- D) Extraordinárias.

**Questão 22**

**A prescrição da ação para a aplicação das sanções em virtude da prática de atos de improbidade administrativa é tratada na Lei nº 8.429/1992. Sobre o assunto, analise as afirmativas a seguir.**

- I. A ação para a aplicação das sanções previstas nessa normativa prescreve em oito anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
- II. O prazo da prescrição interrompe-se, dentre outros, pelo ajuizamento da ação de improbidade administrativa; bem como pela publicação da sentença condenatória.
- III. A suspensão e a interrupção da prescrição produzem efeitos relativamente a todos os que concorreram para a prática do ato de improbidade.
- IV. O juiz ou o tribunal, depois de ouvido o Ministério Público, deverá, de ofício ou a requerimento da parte interessada, reconhecer a prescrição intercorrente da pretensão sancionadora e decretá-la de imediato, caso, entre os marcos interruptivos referidos nessa normativa, transcorra o prazo de oito anos.

**Nos termos da Lei nº 8.429/1992, está correto o que se afirma em**

- A) I, II, III e IV.
- B) II e III, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

**Questão 23**

**A Lei Orgânica de Maria da Fé trata sobre a competência e comissões da Câmara Municipal, dentre outros assuntos; sobre as normas contidas na Lei Orgânica, analise as afirmativas a seguir.**

- I. O Município poderá dar nome de pessoas vivas a logradouros, bens e serviços públicos de qualquer natureza.
- II. Compete privativamente à Câmara Municipal eleger sua Mesa, bem como destituí-la, na forma desta Lei Orgânica e do Regimento Interno, bem como elaborar o seu Regimento Interno e organizar os serviços administrativos internos e prover os cargos respectivos.
- III. A Câmara poderá encaminhar pedidos escritos ao Prefeito e aos Secretários Municipais, dentre outros, solicitando informações e documentos sobre a Administração Pública, que deverão ser atendidos no prazo de trinta dias.
- IV. A Câmara Municipal terá Comissões Permanentes – com a finalidade de estudo de assuntos submetidos a seu exame, devendo se manifestar sobre eles, na forma do Regimento Interno, e o exercício, no domínio de sua competência, da fiscalização dos atos do Executivo – e Especiais – destinadas ao estudo de assuntos específicos e à representação da Câmara em congressos, solenidades ou outros atos públicos.

**Nos termos da Lei Orgânica de Maria da Fé, está correto o que se afirma em**

- A) I, II, III e IV.
- B) I e III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) II e IV, apenas.

**Questão 24**

**Lei Orgânica de Maria da Fé, de 22 de junho de 2017, trata de importantes normas sobre a organização do Município, devidamente incluídos assuntos relativos ao funcionamento do Poder Legislativo do município. Analise as afirmativas a seguir em relação às normas contidas na Lei Orgânica.**

- I. A posse de novos Vereadores, no primeiro de janeiro do primeiro ano da legislatura, dar-se-á em reunião solene – presidida pelo Vereador mais votado dentre os presentes e secretariada pelo segundo mais votado – onde os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.
- II. Os Vereadores não poderão firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, desde a expedição do diploma; e, desde a posse, ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo federal, estadual ou municipal.
- III. É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro da Câmara Municipal ou a percepção de vantagens indevidas.
- IV. Perderá o mandato, dentre outros motivos, o Vereador que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à quinta parte das sessões ordinárias da Casa, salvo licença ou missão por esta autorizada, ou motivo devidamente justificado e aprovado pelo plenário.

**Nos termos da Lei Orgânica de Maria da Fé, está correto o que se afirma em**

- A) I, II, III e IV.
- B) I e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) III e IV, apenas.

**Questão 25**

A reunião ordinária da Câmara Municipal de Maria da Fé – com início às dezenove horas pelo relógio do Plenário da Câmara e duração máxima de três horas – tem a ordem da ocorrência dos seus atos disciplinada em seu Regimento Interno. Analise os seguintes atos:

- I. Fala dos vereadores inscritos.
- II. Leitura de correspondências e comunicações.
- III. Fala de duas pessoas da população do município para fazerem uso da Tribuna.
- IV. Leitura de pareceres.

Assinale a ordem em que devem ser realizados os atos indicados em uma Reunião Ordinária, nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Maria da Fé.

- A) IV, III, II e I.
- B) II, IV, III e I.
- C) II, IV, I e III.
- D) III, IV, II e I.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**CONHECIMENTOS DO CARGO**

**Questão 26**

“Em administração financeira, o ciclo operacional de uma empresa pode ser definido como o período de tempo que vai \_\_\_\_\_ até \_\_\_\_\_. O ciclo operacional abrange duas principais categorias de ativo de curto prazo: estoque e contas a receber. É medido em tempo decorrido por meio da soma da Idade Média do Estoque (IME) e do Prazo Médio de Recebimento (PMR).” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) da aquisição da matéria-prima / a conclusão do produto acabado na linha de produção
- B) do começo do processo de produção / o recebimento de caixa resultante da venda do produto acabado
- C) da conclusão do produto acabado na linha de produção / o recebimento de caixa resultante da venda do produto acabado
- D) do começo do processo de produção / o momento em que o comprador firma interesse pela aquisição do produto acabado

**Questão 27**

Técnica de gestão de estoques que minimiza o investimento em estocagem, ao fazer com que as matérias-primas cheguem exatamente no momento em que são necessárias na produção. Trata-se de:

- A) Método ABC.
- B) Sistema *just-in-time*.
- C) Modelo de duas gavetas.
- D) Modelo do lote econômico (EOQ).

**Questão 28**

Em se tratando de contratação direta (casos em que a Lei dispensa a realização de procedimento licitatório), a Lei nº 14.133/2021 dispõe literalmente que é dispensável a licitação para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00, em caso de

- A) aquisição de material didático destinado à primeira infância.
- B) aquisição de gêneros alimentícios para escolas e estabelecimentos de saúde.
- C) aquisição de medicamentos destinados ao abastecimento de farmácia popular.
- D) obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores.

**Questão 29**

Nos termos do regramento vigente e considerando que no Brasil o sistema orçamentário é do tipo misto, a iniciativa dos Projetos de Lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento Anual é:

- A) Privativa do Chefe do Poder Executivo.
- B) Privativa do Chefe do Poder Legislativo.
- C) Compartilhada entre os Chefes de todos os Poderes do ente da Federação.
- D) Privativa do Ministério Público e do Poder Judiciário, na União e nos Estados.

**Questão 30**

Considere que o diretor de controle interno do Município de Gralha do Campo recebe uma denúncia anônima relatando que o gerente de compras da Secretaria de Saúde tem um acordo com o fornecedor de medicamentos, que consiste no seguinte: apenas 75% da quantidade especificada nas notas fiscais de compra é realmente entregue ao Município. O valor resultante da diferença não entregue é sacado pela empresa, e distribuído em espécie entre o fornecedor, o gerente de compras e o servidor responsável por atestar o recebimento dos medicamentos. Tendo em vista a situação hipotética, qual dos procedimentos a seguir é o mais apropriado a ser efetuado pelo diretor de controle interno, do ponto de vista de auditoria?

- A) Questionar o Secretário de Saúde sobre quais as medidas aplicáveis no caso em questão.
- B) Encaminhar denúncia ao Ministério Público Estadual, como primeira medida a ser tomada, que conduzirá o caso de forma autônoma.
- C) Reunir uma equipe, fechar o armazém e realizar uma contagem física dos medicamentos em estoque, para confronto com as notas fiscais e os registros de entrada e saída.
- D) Enviar ofício à Secretaria de Saúde, definindo data para coleta dos depoimentos do gerente de compras e do servidor responsável pelo recebimento dos medicamentos.

**Questão 31**

A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos – Lei nº 14.133/2021 – preconiza que, para aquisições de bens e serviços comuns de especificações usuais de mercado, que possam ser objetivamente definidos no Edital, deverá ser adotada, obrigatoriamente, a modalidade licitatória:

- A) Pregão.
- B) Concorrência.
- C) Tomada de Preços.
- D) Registro de Preços.

**Questão 32**

Tendo por fundamento as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, analise as afirmativas a seguir.

- I. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de Lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
- II. Os atos que criarem ou aumentarem despesa obrigatória de caráter continuado deverão ser instruídos com a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.
- III. Em último ano de mandato do Chefe do Poder Executivo é vedada a criação de cargos ou empregos públicos, bem como a concessão de vantagem, reajuste ou reposição que provoque aumento de Despesa com Pessoal.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) I e II.
- D) II e III.

**Questão 33**

Segundo as normas e as boas práticas de auditoria, o auditor deve avaliar o sistema de controle interno da entidade que está sendo auditada. Sobre a temática de controle interno, que compõe as atribuições do cargo de Secretário-Geral da Câmara Municipal de Maria da Fé, analise as afirmativas a seguir.

- I. O controle interno é o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a gestão na condução ordenada da entidade.
- II. Os objetivos do controle interno representam controles contábeis, controles administrativos e controles econômicos, que podem ser consolidados em controles administrativo-financeiros.
- III. A segregação de funções estabelece que, em um sistema de controle interno, uma mesma pessoa não pode exercer duas funções correlatas, devido ao risco de gerar conflito de interesses.
- IV. O confronto dos ativos da entidade com os seus registros contábeis deve ser realizado periodicamente com vistas a detectar desfalque de bens ou registro inadequado de ativos.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) II e IV.

**Questão 34**

**Idealberto Chiavenato** é um escritor, professor e consultor administrativo que atua na área de administração e de recursos humanos; é considerado um dos autores nacionais mais conhecidos e respeitados nessas áreas. Ele defende que a moderna gestão de pessoas não pode ficar distanciada da missão da organização, pois a missão se realiza e se concretiza por meio das pessoas. Os três aspectos fundamentais nos quais se baseia a moderna gestão de pessoas são:

- A) Missão; visão; e, valores da organização e individuais (das pessoas).
- B) Recrutamento e seleção; treinamento e capacitação; e, progressão e remuneração.
- C) Ajudar a organização a alcançar sua missão; proporcionar competitividade à organização; e, disponibilizar pessoas capacitadas e motivadas.
- D) As pessoas como seres humanos; as pessoas como ativadores inteligentes de recursos organizacionais; e, as pessoas como parceiros das organizações.

**Questão 35**

Para os efeitos da Lei de Improbidade Administrativa, considera-se agente público o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função pública. O Capítulo II, da referida Lei, agrupa os atos de improbidade administrativa em três categorias:

- 1. Atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito;
- 2. Atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário; e,
- 3. Atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública.

Se um servidor da Câmara Municipal revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada, ou colocando em risco a segurança da sociedade e do poder público, sua atitude

- A) não se enquadra como um ato de improbidade administrativa.
- B) se enquadra como um ato de improbidade administrativa da Categoria 1.
- C) se enquadra como um ato de improbidade administrativa da Categoria 2.
- D) se enquadra como um ato de improbidade administrativa da Categoria 3.

**Questão 36**

O *caput* do Art. 37 da Constituição Federal (CF) de 1988 enumera os princípios básicos da Administração Pública. Esses princípios se aplicam aos três Poderes e à Administração Pública direta e indireta, e servem de norteadores para a atuação ética dos servidores públicos. Um servidor público deve pautar sua atuação no princípio segundo o qual sua atuação seja voltada ao atendimento geral, ainda que venha a interessar a pessoas específicas, não sendo a atuação atribuída ao agente público, mas à entidade estatal a que se vincula. Trata-se do princípio da

- A) legalidade.
- B) moralidade.
- C) publicidade.
- D) impessoalidade.

**Questão 37**

A Constituição Federal (CF) de 1988, em seu Art. 37, impõe a necessidade de prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, como requisito indispensável à admissão de qualquer pessoa ao serviço estatal, como ocupante de cargo ou emprego, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. Nesse contexto, as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em Lei, destinam-se, conforme a CF/1988,

- A) apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- B) apenas às funções gerenciais de primeiro nível em cada esfera do Poder.
- C) a qualquer cargo ou função pública para o qual não haja candidato aprovado em concurso aguardando nomeação.
- D) a qualquer cargo ou função pública que, por força de Lei, seja ocupado na condição que o ocupante seja proibido de aderir a greves.

**Questão 38**

A Câmara Municipal de Maria da Fé, com base na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021), realiza processos licitatórios disponíveis em seu site. A fase inicial de um processo licitatório, prevista na referida Lei, que é caracterizada pelo planejamento e deve abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão, podendo interferir na contratação denomina-se fase

- A) preparatória.
- B) instauratória.
- C) de divulgação do edital de licitação.
- D) de habilitação ao edital de licitação.

**Questão 39**

A Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é considerada um importante instrumento para o controle dos gastos públicos. Essa Lei estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição Federal. As disposições da LRF abrangem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, definindo, no caso dos municípios, que a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder o percentual de 60% da receita corrente líquida. Nesse percentual está incluído o gasto com o pessoal da Câmara de Vereadores, por ser órgão do Poder Legislativo do Município de Maria da Fé. Na repartição do limite de 60% definido na LRF, o valor do gasto com o pessoal do Poder Legislativo não poderá exceder o percentual de:

- A) 4%, ficando 56% para o Poder Executivo.
- B) 6%, ficando 54% para o Poder Executivo.
- C) 8%, ficando 52% para o Poder Executivo.
- D) 10%, ficando 50% para o Poder Executivo.

**Questão 40**

Para a elevação da eficiência e eficácia de uma instituição pública é necessário que seus colaboradores sejam capacitados para controlar e utilizar os recursos tecnológicos da organização. Portanto, investir em pessoas é investir no melhoramento dos processos. Em relação à administração de pessoal, analise as afirmativas a seguir.

- I. Com o avanço da tecnologia é desnecessário o investimento em pessoal para utilização dos recursos tecnológicos, a fim de que sejam utilizadas as novas ferramentas com eficiência e eficácia.
- II. É o setor que se preocupa com a inter-relação das pessoas dentro da organização.
- III. Realiza recrutamento e seleção de novos colaboradores, contratação, treinamento e desenvolvimento de pessoal.
- IV. Preocupa-se com a distribuição de talentos para a sociedade e motivação dos colaboradores.

**Está correto o que se afirma apenas em**

- A) I.
- B) II e III.
- C) II e IV.
- D) III e IV.

**ATENÇÃO**



**NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO.  
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.**

## INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha para o cargo de nível médio e para os cargos de nível superior.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.
6. A prova terá duração de 3 (três) horas para todos os cargos. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) devidamente assinado em local indicado. O candidato que descumprir a regra de entrega de tal documento será ELIMINADO do certame.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em nenhum outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato poderá se retirar do local de realização das provas somente a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o seu caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, deverá assinar termo desistindo do Concurso Público e, caso se negue, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas.

## RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br), a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br).
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer os dados referentes à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico [www.institutoconsulplan.org.br](http://www.institutoconsulplan.org.br), no *link* correspondente ao Concurso Público.